



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARIA RITA DA SILVA RIBEIRO NETA

**A IMPORTÂNCIA DO MEDIADOR ESCOLAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA
CRIANÇA AUTISTA EM ESCOLA REGULAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**CAMPINA GRANDE
2018**

MARIA RITA DA SILVA RIBEIRO NETA

A IMPORTÂNCIA DO MEDIADOR ESCOLAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA EM ESCOLA REGULAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso, em forma de artigo, apresentado ao departamento de pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Inclusiva

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Diana Sampaio Braga

**CAMPINA GRANDE
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R484i Ribeiro Neta, Maria Rita da Silva .
A importância do mediador escolar no processo de inclusão da criança autista em escola regular [manuscrito] : relato de experiência / Maria Rita da Silva Ribeiro Neta. - 2018.
34 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação , 2018.
"Orientação : Prof. Dr. Diana Sampaio Braga , Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. Autismo. 2. Educação Inclusiva. 3. Mediação Escolar .
4. Distúrbios autísticos . I. Título

21. ed. CDD 371.94

MARIA RITA DA SILVA RIBEIRO NETA

A IMPORTÂNCIA DO MEDIADOR ESCOLAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA
CRIANÇA AUTISTA EM ESCOLA REGULAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

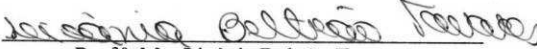
Trabalho de Conclusão de Curso, em forma de artigo, apresentado ao departamento de pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

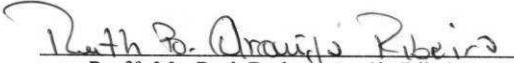
Área de concentração: Educação Inclusiva

Aprovada em: 07/12/2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Diana Sampaio Braga (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a Me. Livânia Beltrão Tavares
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a Me. Ruth Barbosa Araújo Ribeiro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico esse trabalho a Hanna Frazão Mineiro Costa.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a DEUS, a ele toda HONRA E TODA GLÓRIA, afinal ele quem me sustentou em todas as dificuldades, ele quem me deu forças para continuar na caminhada que não foi nenhum pouco fácil, sem a mão dele esse trabalho não estaria pronto. Agradeço a Nossa Senhora, obrigada minha mãezinha querida por está sempre intercedendo por mim.

Agradeço também a meus pais, Francisco de Assis Ribeiro e Auderilda Araújo Ribeiro ele são minha maior motivação, meu combustível, obrigada “painho e mainha” por todos os sacrifícios, por toda dedicação e amor, obrigada por nunca em momento algum desistir de mim, por me apoiar e me dar forças, obrigada amores da minha vida por irem me esperar na parada do ônibus na volta da universidade, sempre tarde da noite, nunca vou esquecer tudo que já fizeram por mim, prometo recompensar todo o esforço.

Obrigada meu querido irmão Felipe Araújo, por me ajudar, conceder sua mesa de estudos para que esse trabalho de conclusão de curso fosse feito, obrigada por todo carinho e amor, essa conquista é nossa e o que eu puder fazer para lhe ajudar, tenha certeza que farei.

Ao meu amor, meu noivo e companheiro de vida, Yago Emanuel, obrigada minha vida por me dar forças, obrigada por todas as vezes que não acreditei em mim, você acreditar, por todas as vezes que eu disse que não conseguiria você me dizer que eu conseguiria sim, obrigada meu amor por todo esforço durante esses 5 anos de universidade, por entender e aguentar meus estresses, por me levar e me buscar todos os dias, chovendo ou fazendo sol, você estava na guarita, me esperando. Obrigada por tudo meu amor.

Agradeço imensamente aos meus primos: Vitória Neuma, Iris Rodrigues, José Neto e Yuri Givago. Em toda minha vida escolar vocês me ajudaram com conselhos e no financeiro, obrigada por investirem em mim, nunca esquecerei, o que vocês fizeram não tem dinheiro no mundo que pague minha gratidão eterna meus queridos primos/irmãos.

Agradeço também a minha tia Arivaneuma Araújo e seu esposo Homero Gustavo por me ajudarem durante toda minha vida e principalmente durante esse anos de universidade, muita xerox eu devo a eles, como o empréstimo do notebook para que pudesse realizar o presente trabalho e também pelos inúmeros ensinamentos de vida. Obrigada por tudo.

Agradeço ao meu tio Jorge Luís por me ajudar, me aconselhar, me da força para seguir a caminhada e por todas as caronas e ajuda financeira. Obrigada meu tio por ser tão presente, tão sábio e carinho.

Uma pessoa que teve participação direta na escolha da minha profissão, minha sogra Valeria Albuquerque, se não fosse por ela eu não teria feito a inscrição no sisu/vestibular.

Obrigada meu amor, por todo incentivo, por sempre está presente nos melhores e piores momentos, por sempre me colocar para frente.

Agradeço do fundo do meu coração a Hanna Frazão Mineiro Costa, minha galega (autorizada exposição pelos pais) ela foi o motivo de todo esse trabalho. Com ela aprendi a enxergar o mundo de outra forma, aprendi a vê as coisas diferentes, com ela aprendi na pratica que “o amor está escrito em um silencio do olhar” que as palavras nada valem se não demonstramos, com ela aprendi sobre autismo e isso mudou minha vida. Agradeço de todo coração aos seus pais Harlon Mineiro e Daglene Frazão, por toda confiança depositada a mim, durante esses três anos de trabalho, obrigada por me permitirem conviver com esse ser humano incrível chamado Hanna.

Aos meus amigos de trabalho Emanuela Oliveira, Telma Malheiros, Glauber Montenegro, Daniele Bruna, Jéssica Sendy, Melissa Guedes, Jessica Dias, Marina Lemos, Paula Campos e Talita Linhares, agradeço por tudo, só nós sabemos os momentos que passamos, dias de lutas, dia de glórias. Obrigada meus amores, vocês tornam os dias difíceis mais leves.

As minhas grandes amigas de curso Thaianne, Camila, Luzia, Isabel e Leticia, obrigada por compartilhar comigo durante esses cinco anos todas as angustias e felicidades.

A Professora Doutora Diana Braga por ter aceitado o desafio da orientação desse trabalho.

Agradeço também a todas as pessoas que passaram pela minha história, que não tenho como citar aqui, agradeço aos meus mestres e amados professores que de uma forma ímpar contribuíram para minha formação.

“As crianças especiais, assim como as aves, são diferentes em seus voos. Todas, no entanto, são iguais em seu direito de voar.”

Jesica Del Carmen Perez

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Autismo Sintomatologia	10
2.2 Educação Inclusiva e o Mediador Escolar	Erro! Indicador não definido.
3 METODOLOGIA.....	Erro! Indicador não definido.
3.1 Caracterização do Campo de Estudo.....	Erro! Indicador não definido.
3.2 Tipo de Estudo.....	18
3.3 Coleta de Dados	18
4 RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	18
4.1 O Primeiro ano como Mediadora.....	Erro! Indicador não definido.
4.2 O Começo da Mudança	Erro! Indicador não definido.
4.3 Divisor de águas	Erro! Indicador não definido.
4.4 O caso no Ano de 2018	Erro! Indicador não definido.6
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	Erro! Indicador não definido.7
ABSTRACT	Erro! Indicador não definido.8
REFERÊNCIAS.....	29

A IMPORTÂNCIA DO MEDIADOR ESCOLAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA EM ESCOLA REGULAR: RELATO DE EXPÊRIENCIA

Maria Rita da Silva Ribeiro Neta*

RESUMO

Inicialmente o Transtorno do Espectro Autista surgiu no ano de 1943, o autismo infantil (AI) como ficou conhecido na época, foi identificado por Kanner, que relatou o quadro denominado de Distúrbios Autísticos Inato do contato afetivo. Atualmente é um tema bastante discutido por todo o mundo, com crescente número de casos diagnosticados viu-se a necessidade da inclusão dessas crianças em escolas regulares que integrem esse público, contribuindo em parte para seu desenvolvimento; com isso, surge o papel do mediador, profissional que vem atuar como facilitador de aprendizagem a partir da realidade da escola. Esse trabalho tem por objetivo relatar a experiência vivenciada no processo de inclusão de uma menina com diagnóstico de autismo em uma escola particular de ensino regular numa cidade do interior da Paraíba. A publicação de artigos sobre essa temática se faz necessária para melhor atendimento deste segmento no âmbito educacional; Esse trabalho possibilitou a oportunidade de estudar e expor informações relevantes para o contexto educacional e social relacionado ao processo de inclusão escolar, como também ressaltar a importância do mediador na vivência escolar para os ganhos evolutivos dos alunos com autismo. A metodologia utilizada no presente trabalho foi um estudo descritivo, realizado em uma escola regular privada localizada na cidade de Campina Grande- PB, nosso público foi uma menina com nove anos e teve seu diagnóstico aos dois anos e meio, nossa coleta de dados foi a partir de um diário de observação desenvolvido no período de Março de 2015 a outubro de 2018. Espera-se que o presente relato venha contribuir trazendo informações e discussões na construção de novas estratégias de intervenção na educação inclusiva para o desenvolvimento da criança com TEA.

PALVRAS-CHAVES: Autismo. Educação inclusiva. Mediação escolar.

1 INTRODUÇÃO

Quando nos direcionamos para estudar pessoas com algum tipo de transtorno, mais precisamente com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nos deparamos com déficit da escrita literária sobre a temática. O autismo nos dias atuais ainda é considerado um transtorno enigmático, mesmo tendo iniciado seu estudo no de 1943 por Kanner, a diversas lacunas a serem preenchidas, contudo é notório que tivemos avanços principalmente na precisão diagnóstica.

Para obter um parecer comprovado referente ao TEA à criança deve ter no máximo três anos, com exceção de alguns casos onde a equipe observa o desenvolvendo do mesmo ao longo do tempo, isso em casos onde os traços são bastante sutis, desta forma reduzindo a

margem de erro de falso positivo. Essa avaliação se dar de acordo com o que o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM V) apresenta.

Nesse manual encontra-se uma série de características para que se possa fechar o laudo de uma criança, como por exemplo: “Os déficits sociais e de comunicação e comportamentos repetitivos e restritivos.” Dentro desses dois pontos temos características mais específicas que vamos expor e discutir mais no decorrer do trabalho.

A criança autista tem os mesmo direitos que as crianças sem nenhum tipo de deficiência, inclusive o direito de estudar, de ser incluída no ensino regular, com isso trabalharemos com uma educação inclusiva, onde queremos incluir os autistas em nossas escolas, mas para que essa inclusão seja feita de fato, as escolas precisam estar preparadas para receber esse publico, preparadas tanto na parte pedagógica, quanto na parte física, os professores e a equipe da escola precisam trabalhar em conjunto para que esse aluno esteja o mais confortável possível em sala e na escola em geral e com isso tem um bom aprendizado e avanços no seu quadro.

Para ajudar as crianças autistas na escola regular e dar um grande suporte ao professor, a LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012. Conhecida como Lei Berenice Piana, foi sancionada para facilitar esse processo de inclusão, na lei deixa bem claro que se for constatada a necessidade da criança, o aluno terá direito a ter um acompanhante especializado para ajudar na mediação escolar, com isso se tem um grande aumento de mediador escolar, aquele que vai junto com a equipe pedagógica da escola trabalhar para uma inclusão mais precisa a esse aluno com TEA.

O mediador escolar será uma ponte para o aluno, ele ajudará nas atividades, mediará assuntos, conflitos e relação entre as crianças, este terá um papel fundamental na inclusão escolar, será a partir dele que muitas pontes serão construídas na vida da criança com TEA e da criança sem deficiência.

Além disso, no nosso trabalho falaremos sobre as principais características do autismo segundo o DSM V, mostraremos também o que a literatura fala sobre a educação inclusiva, como devemos proceder diante de determinadas situações e o que a escola precisa fazer para que essa inclusão seja realizada de fato. O objetivo do presente trabalho é abordar a importância do mediador escolar para o processo de inclusão escolar do aluno com TEA, através da apresentação de um relato de experiência no qual pretendemos mostrar a visão de um mediador escolar em relação a inclusão escolar, quais os pontos positivos, quais os negativos, o que podemos fazer para melhorar a inclusão no aspecto pedagógico e na parte

social, por fim, vamos mostrar também a contribuição da atuação do mediador para o processo de aprendizagem e socialização de um aluno com autismo.

O referencial teórico adotado no trabalho abordará três eixos temáticos: O primeiro “Autismo sintomatologia” conceituando o autismo e suas características; O segundo falaremos sobre “Educação Inclusiva e mediador escolar” como se deve trabalhar a educação inclusiva e iremos expor qual o papel do mediador escolar, seu trabalho e sua importância para a educação; E no terceiro eixo um “Relato de Experiência” mostraremos a visão do mediador escolar na prática, seu relato em relação a como se deu de fato a inclusão em uma determinada escola regular.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Autismo Sintomatologia

No ano de 1943 o autismo infantil (AI), como ficou conhecido na época, foi identificado por Kanner, que relatou o quadro denominado de *Distúrbios Autísticos inato do contato afetivo*.

Segundo Schwartzman:

Kanner teve o mérito de identificar, entre os indivíduos com retardo mental e distúrbios do comportamento, alguns que se diferenciavam dos demais comportamentos muito peculiares; por outro lado, conseguiu separá-los do grupo dos esquizofrênicos e, finalmente, fez uma descrição clínica tão acurada que ainda hoje pode ser utilizada da mesma forma como foi originalmente proposta. (SCHWARTZMAN, 1994. P. 07.)

O pediatra Hans Asperger austríaco publicou um artigo no ano de 1944, no qual se referiu a uma criança com um quadro parecido com o que Kanner (1943) havia descrito em onze crianças com autismo. Porém, na fala do pediatra essas crianças estudadas teriam menor gravidade e também um comprometimento funcional menor. Bruno Bettelheim no ano de 1967 vem considerar uma vertente para a explicação de a criança ter autismo, teria sido falta de carinho e atenção da mãe, para com o filho, as mães seriam emocionalmente frias (HUGHES 2012). As mães frias, que não interagem com seus filhos, não brincavam, não estimulavam a criança de tal forma que as mesmas não conseguiam ter um bom desenvolvimento.

Por muito tempo, a visão da causa do autismo foi essa, onde a mãe era a maior culpada pelo “atraso” ou “comprometimento” do seu filho, tal hipótese não levou a nenhum avanço sobre a compreensão do transtorno.

Segundo Schwartzman, o autismo é um transtorno que é perceptível no início da infância, com melhor prognóstico até o terceiro ano de vida e que acomete mais crianças do sexo masculino do que feminino, com uma proporção aproximada de quatro a seis casos para cada menina (SCHWARTZMAN, 1994).

Segundo KANNER (1943):

Toda a sintomatologia e o padrão de comportamento da criança autista é determinado pelo fato de que esta é incapaz de usar as funções executivas de o ego auxiliar do parceiro simbiótico, a mãe, para orientá-lo no mundo externo e no mundo interno (KANNER. 1943).

É um transtorno que afeta principalmente a interação social, onde a criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem sua interação por vezes bastante comprometida, pelo fato também de algumas crianças não apresentarem a comunicação verbal e quando apresentam não tem uma fala muito funcional com isso não se tem muita interação social por motivos de seus interesses serem restritos.

A quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM V) – modifica o termo Transtorno Global do Desenvolvimento para Transtorno de Espectro Autista e a abrange todas as síndromes que tem relação com o termo autismo (SINGER, 2012).

Podemos encontrar no DSM V os critérios para obtermos o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista, as principais características que uma criança com autismo apresenta:

De acordo com manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais (DSM V) os déficits sociais e de comunicação são: problemas de interação social ou emocional. Graves problemas para manter relações. Problemas de comunicação não verbal. Comportamentos repetitivos e restritivos: apego extremo a rotinas e padrões e resistência a mudanças. Dificuldade em integrar com informação sensorial ou forte procura em evitar comportamentos de estímulos sensoriais.

Segundo a AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION:

[...] déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para o desenvolver, manter e compreender relacionamentos. [...] presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013 p. 31)

A pessoa com TEA não estará preocupada com a opinião do outro, com o que o outro pensa dela, por isso temos que ensinar e está sempre relembrando (mesmo que a criança aprenda a cumprimentar outra pessoa) as normas de educação em um espaço público. Podemos citar como exemplo um caso em um determinado ambiente, se uma criança observar (algo que a interesse) ela simplesmente irá pegar, pois, para a mesma, aquela ação não tem nada de estranho ou inconveniente. Diferentemente, irá pensar uma criança sem o TEA.

Como o DSM V afirma, o problema de comunicação é outro ponto nas características das pessoas com TEA, em alguns casos a criança não tem oralidade nem repertório de apontar ou de entender frases muito grandes e complexas.

Segundo PAPIN e DUNN (2003):

Muitos estudos atribuem a ausência de fala em alguns indivíduos ao grau de severidade do autismo, à tendência a retardo mental ou a uma inabilidade de decodificação auditiva da linguagem. (PAPIN, DUNN. 2003)

Portanto, a criança tentará obter uma comunicação ao seu modo, seja puxando a outra pessoa ou quem ela esteja tentando manter o contato, seja tentando gritar, ou até mesmo fazendo uma birra, jogar-se ao chão, puxar cabelo, entre outras coisas. Todos esses são os meios utilizados para conseguir algo, que pode ser desde um copo com água, um brinquedo ou até mesmo a atenção da mãe ou do sujeito que esteja com ela. Lembrando que esse comportamento é de uma criança que ainda não foi exposta a uma atividade ou terapia, para que seja trabalhado o comportamento negativo (que é a forma errada da criança chamar atenção).

Ao trabalhar com a criança de forma adequada podemos sim, ensinar a ela a hora e o local apropriado para realizar determinada ação. A rotina para a maioria dos autistas é imprescindível, se algo sai do controle, torna o motivo para um dia todo "perdido", um dia de estresse.

A criança não consegue buscar o abstrato então, segurança para mesma é ter uma rotina como: Ir à escola, voltar para casa, tomar banho, almoçar e dormir, praticando essa rotina por um período de uns seis meses ininterruptos ela estará segura, se sentirá confortável, pois terá uma ordem pré-estabelecida. Caso algo aconteça e seja necessário sair daquela rotina habitual à criança irá sentir-se insegura, tornando-se ansiosa, muitas vezes com comportamentos inadequados.

De acordo com MOORE (2005):

Uma das melhores adaptações que você pode fornecer a um estudante com autismo é um ambiente previsível e organizado. Mudanças e bagunças podem resultar em

ansiedade, problemas de comportamento, perguntas repetitivas e/ou retraimento. (MOORE, 2005.)

Outra característica do autista é a sua parcial ou total sensibilidade sensorial, aguçada para objetos cremosos ou ásperos, objetos barulhentos; pode também reagir agressivamente ao toque; não demonstrar dor ou desorientar-se diante de ruídos imprevisíveis, desencadeando crises auto-estimulatórias. (LANE, et al.; 2011).

Tendo em vista que a frequência do movimento estereotipado muda de acordo com o ambiente ou estímulo em que a criança está sendo exposta, geralmente apresenta-se por balançar as mãos, a cabeça, gritar, pular, correr, entre tantas outras coisas. Essas estereotipias também vão mudar de acordo com grau de autismo, as mesmas não são padronizadas. Segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), define as estereotipias motoras como uma categoria nosográfica caracterizada por movimentos intencionais, repetitivos, estereotipados, ritmados, desprovidos de finalidade e sem relação a um transtorno psiquiátrico ou neurológico identificado.

2.2 Educação Inclusiva e o Mediador Escolar

Com o passar dos anos podemos perceber que a educação brasileira teve grandes avanços no campo da educação inclusiva. A inclusão está cada vez mais presente no nosso cotidiano e em nossas escolas. As pessoas com deficiência estão buscando seus direitos e lutando por eles, e as crianças com necessidades especiais estão chegando cada vez mais nas escolas, porém, os profissionais que estão recebendo esses alunos, não estão com a capacitação adequada ou não há uma estrutura física apropriada na escola para atender o presente público. Enumo (2005) vem nos dizer que algumas pesquisas relatam que se tem alunos com algum tipo de deficiência sendo inseridos somente fisicamente na instituição escolar. Então falar de educação inclusiva, ou melhor, trabalhar com a educação inclusiva no Brasil mesmo diante de tudo que foi conseguido até o presente momento está sendo cada dia mais um desafio para nós professores.

De acordo com Mittler (2003) o professor tem que criar estratégias de ensino para seu alunado, de forma que eles consigam assimilar e acomodar os conteúdos cobrados em cada série específica, para que de fato a criança seja incluída na escola, que esteja indo para a instituição aprender conceitos pedagógicos. Entretanto o professor tem que criar pontes para que seu aluno aprenda e aprenda com excelência para que a criança não esteja apenas cumprindo horário na escola ou então que o aluno tenha ganho só na parte social, a pessoa

com deficiência deve estar incluída na escola em todos os aspectos, seja ele pedagógico, seja ele social, pois só assim de fato teremos uma inclusão verdadeira.

De acordo com Kupfer (2001) as crianças tem como seu segundo meio social a escola, logo para ela será o lugar que a constitui que a dará identidade a escola dará às crianças a oportunidade de viver e conviver em sociedade, afinal o primeiro grupo social que somos inseridos é o grupo escolar, logo essas crianças com autismo, tendo contato com crianças tidas como “ típicas” (sem deficiência) tem um grande valor de crescimento na vida de ambas, são trocas de culturas e ensinamentos que ficam enraizados para a vida.

Segundo CAMARGO e BOSA (2009):

A interação com outras crianças da mesma faixa etária proporciona contextos sociais que permitem vivenciar experiências que dão origem à troca de ideias, de papéis e o compartilhamento de atividades que exigem negociação interpessoal e discussão para a resolução de conflitos. (CAMARGO; BOSA, 2009, p. 66)

A inclusão é algo rico tanto para as crianças com deficiências quanto para as crianças tidas como típicas, é uma troca de experiência para ambas, onde a criança típica ira ajudar a criança com deficiência a romper barreiras, a ajudar nas suas limitações, seja pegar em um lápis, abrir uma porta, ou qualquer outro tipo de atitude. Para a criança típica, conviver com a diferença será um valor enorme, pois essa mesma, com certeza será um adulto melhor, sabendo respeitar as diferenças e tornar um mundo mais inclusivo, com menos exclusão e menos preconceito.

“Inclusão e exclusão são conceitos intrinsecamente ligados, e um não pode existir sem o outro porque inclusão é, em ultima instância, a luta contra exclusões” (Santos. 2008, p. 12). Como a autora mostra a inclusão sempre andarà ligada com exclusão, afinal é pela exclusão das classes menos favorecidas que lutamos para que essa mesma seja incorporada no nosso contexto social, logo, enquanto houver pessoas discriminando teremos que trabalhar com o acolhimento e respeitos as classes excluídas, que no nosso trabalho são as crianças autistas.

Incluir essas crianças na escola vai muito além do que estar matriculado, incluir as crianças com autismo, significa olhar para suas necessidades, dificuldades, olhar suas especificidades e trabalhar de acordo com cada uma delas, incluir significa fazer com que essas crianças façam parte de todo o contexto escolar tanto na parte social quanto na parte curricular. Nenhuma criança com deficiência acompanhará a turma na sua totalidade, ela sempre vai ter dificuldade em algo, ou não vai aprender algo, porém, isso não significa que ela não terá como aprender, terá sim só que da maneira mais simples e adequada para aquela deficiência.

Segundo, SANTOS e PAULINO (2008):

Igualdade, um dos fundamentos da Educação Inclusiva, não é , de forma alguma, *tornar igual*. Incluir não é *nivelar* nem uniformizar o discurso e a prática, mas exatamente o contrário: as diferenças, em vez de inibidas, são valorizadas. Portanto o ‘aluno-padrão’ não existe: cada integrante desde cenário deve ser valorizado como é, e todo o processo de ensino-aprendizagem deve levar em conta estas diferenças. Para que isso ocorra, dois ‘tabus’ da escola precisam ser revistos: o currículo e a avaliação. (SANTOS; PAULINO, 2008)

Temos que ter em mente que se as crianças autistas têm suas limitações cognitivas e sociais, é quase impossível (dependendo da gravidade que a criança apresenta) que elas aprendam com o currículo pré-estabelecido para aquele ano escolar, afinal, cada criança é diferente da outra. A escola tem que criar estratégias, formas de passar o conteúdo que é designado para aquele ano, elaborarem um currículo de fato, para cada um, onde teremos os conteúdos escolares que trabalharemos e as atividades propostas, a maneira que vamos trabalhar essas atividades que deverão ser sempre adaptadas ao nível do nosso aluno, com material de sucata, concreto, enfim, de forma que nosso aluno aprenda aquele determinado conteúdo, como a Lei Nº 9.394, de dezembro de 1996 a lei de diretrizes e bases nos sugere no artigo 59, inciso I (um). “Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades. ”

Do mesmo modo em relação às avaliações, temos que trabalhar sempre com a condição que nosso aluno (em específico) se encontra, o nível cognitivo, temos sim que avaliar, porém não da mesma maneira que toda a classe será avaliada, como geralmente é com uma prova escrita, a avaliação até pode ser escrita (se seu aluno tiver como escrever) porém a avaliação tem que ser sempre adaptada, de uma forma que o aluno faça o que o professor ensinou a ele e assim avaliaremos.

O papel do professor é de fundamental importância quando falamos de educação inclusiva, afinal será o mesmo que estará com aquela criança, que ensinará (dentro de suas possibilidades) o conteúdo escolar, porém nem todos os professores estão preparados teoricamente para tal objetivo, muito embora o tema seja abordado em alguns componentes curriculares a academia forma profissionais com déficit de conhecimentos sobre a temática.

Como SERRA (2008) vem nos dizer:

Infelizmente, a demanda da inclusão chega às escolas antes da preparação do professor, e a solução tem sido a capacitação do profissional em serviço, através dos programas de formação continuada. As práticas pedagógicas eficazes e apropriadas às deficiências são imprescindíveis para a evolução dos alunos, e isso o professor só consegue planejar e desenvolver quando recebe o referencial teórico e a assessoria pedagógica adequada. (SERRA. 2008. p.34)

O professor tem que está capacitado para trabalhar com a educação inclusiva, para saber lidar com os alunos e fazer um trabalho com excelência. Sabemos que as salas de aulas

nos dias de hoje tem uma grande quantidade de alunos e com eles, vem à responsabilidade do professor de “dar conta” de todos com seus problemas de aprendizagem e de comportamento, resolver conflitos em sala de aula, uma série de fatores, com tudo isso ainda uma criança especial para conduzir é muito para um professor só.

Considerando essa sobrecarga do professor, em 2012 foi sancionada a lei Berenice Piana, que vem para auxiliar o professor e dar um grande suporte a pessoa com transtornos do espectro autista (TEA), que tem diagnóstico fechado e que está inserido na sala regular. **ESTA LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012 (BRASIL, 2012)** assegura mais uma vez o direito das crianças com Transtorno do Espectro Autista, ela vem promover a criança um cuidado maior em relação a sua permanência na escola, com a questão do mediador escolar “Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com (TEA) incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.” Dessa forma, surge então a profissão de mediador escolar. A pedagogia interativa reconhece o papel do professor mediador presente nas relações pessoais, estimulando o desenvolvimento cognitivo/afetivo das crianças (SILVA, 2000).

Em relação à habilitação da profissão do mediador escolar, não temos um curso específico, ou componente curricular na universidade que prepare o profissional para tal função. Segundo Neves 2013 (p.40) “Para mudar as concepções deterministas dos docentes e capacitá-los para o trabalho com a inclusão, torna-se primordial reestruturar sua formação”. Enquanto não temos essa reformulação de fato, lidamos com uma das possibilidades de capacitação desse profissional que é a relação de conhecimento e troca de informações que tem que existir com a família da criança envolvida, com os profissionais que atendem no caso dessa criança e a parceira com a escola, será essas fontes que o mediador escolar irá trabalhar.

O mediador escolar irá atuar diretamente com a criança com necessidade especial, em todos os ambientes escolares, seja na parte pedagógica, na parte lúdica, na parte de higiene pessoal, o mediador irá junto com a equipe que já trabalha com a criança (terapeuta ocupacional, fonoaudiólogos, psicólogos, e a escola) irá elaborar propostas pedagógicas que se adequem a necessidade daquele aluno e junto com a escola irá trabalhar de acordo com a especificidade da criança e não com uma proposta coletiva, essa proposta e esse trabalho são individualizados. Segundo (MOUSINHO *et al.*, 2010) “A parceria entre mediador e escola favorece o estabelecimento de metas realistas no que se refere ao desenvolvimento, como também possibilita avaliar a criança de acordo com suas próprias conquistas.”

Portanto, o mediador escolar vem para dar um suporte à criança autista, não para ser seu professor (a) em sala de aula, o mediador estará apostos para mediar as atividades

passadas pela professora titular da turma, fazer com que a criança fique o máximo de tempo concentrada na atividade como ou em algo que esteja realizando em sala enquanto o professor (a) está atendendo outra criança, o mediador dará um suporte a professora, porém é papel do professor (a) ir até o aluno e explicar o conteúdo de forma individualizada, direta para que aquela criança que tem problema de entender quando o titular da sala está explicando para todos de forma geral, aprenda o conteúdo e atividade proposta.

Como MOUSSINHO sugere:

Ter outro adulto na turma atuando com uma criança específica, não exclui o professor da relação com seu aluno. O mediador deve estar apto a orientar o professor com estratégias que favoreçam o comportamento interativo com o aluno. (MOUSSINHO *et al.*, 2010)

Uma das principais ações do mediador na escolar, como o nome mesmo já diz é mediar, uma atividade, socialização, apresentação, a fala, a vontade da criança; sendo necessária sua presença na maior parte do tempo, estimulando e criando oportunidade de interação, garantindo o direito de aprender, brincar e ser respeitada pelas demais, segundo afirma VASCONCELLOS:

O mediador é o responsável pela interação entre a criança e todas as pessoas do ambiente escolar. Também é a pessoa que passa mais tempo com a criança na escola e que faz a ponte sobre os desenvolvimentos com os pais e os terapeutas (VASCONCELLOS, 2017).

Entretanto, o mediador tem que está bem atento em relação à independência do aluno em questão, ele está ali para mediar (ações) não para ser um cuidador, o papel do cuidador é de cuidar, cuidar em sentido de proteção, higienização, de oferecer um alimento, o papel do cuidador é semelhante a atuação de uma babá, está sempre ao lado da criança. Já o papel do mediador como já deixamos bem claro é mediar, mediar o conteúdo, uma brincadeira, uma conversa, ele estará ali para dar auxílio e não para fazer tudo pela criança. O mediador tem que ficar ciente que a criança também tem seu espaço que ela também precisa fazer algumas coisas sozinhas inclusive com outras crianças se possível. O mediador tem que ter a sensibilidade de saber que aquele momento é só das crianças, sem interferência de adultos, se necessário sim, deve interferir, mas se não, tem que deixa-las resolverem e ajudar umas as outras, assim como está delineado na resposta abaixo:

Não se pode perder de vista que o objetivo maior do mediador escolar é promover o desenvolvimento da criança, que precisa de um suporte adicional no ambiente natural de aprendizagem. Portanto, posturas de superproteção ou a atuação como cuidador são ineficientes e não condizem com a proposta da mediação. O profissional deve sempre em parceria com o professor, saber quando o apoio deve ser mais diretivo, a hora que deve se afastar visando à autonomia. É importante

também saber identificar o momento em que outro aluno pode ser incentivado a assumir momentaneamente esse papel. (MOUSINHO *et al.*, 2010)

Todavia, o mediador tanto ajudará a criança em sala de aula, mediando conteúdos, adaptando atividades, auxiliando a professora no processo de ensino e aprendizagem do aluno, irá trabalhar também assiduamente a questão da inclusão social da criança com (TEA). A socialização de toda a turma, a aceitação e a integração da criança autista. É de fundamental importância um mediador em sala, será através dele que grandes barreiras da exclusão serão quebradas em sala de aula, no contexto escolar em geral, será ele quem dará vez e voz a criança autista.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização do Campo de estudo

Esse estudo foi realizado em uma escola particular de ensino regular localizada na cidade de Campina Grande, interior da Paraíba, que encontra-se cerca de 134 km da capital João Pessoa, segundo dados do IBGE.

3.2 Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo descritivo através de um relato de experiência, cujo sujeito é uma criança do sexo feminino hoje aos nove anos e diagnosticada com o Transtorno do Espectro Autista aos dois anos e cinco meses de idade. Assim no presente relato iremos chama-la pela letra ‘H’.

3.3 Coleta de dados

Os dados foram coletados semanalmente de segunda a sexta feira das 07:00 às 11:00 horas no período de Março de 2015 a Outubro de 2018 e registrado a partir de um diário de observação.

4 RELATO DE EXPERIÊNCIA

4.1 O Primeiro ano Como Mediadora Escolar

Na época (2015) “H” tinha cinco anos e frequentava o Infantil IV, a menina apresentava/apresenta um quadro diferenciado dos demais, é uma criança com algumas complicações cognitivas, sociais e comportamentais, o que torna seu quadro clínico um pouco mais complexo.

Falar do primeiro ano como mediadora remete a momentos difíceis, entretanto, de muito aprendizado, tanto para família, quanto para mim e a escola no geral. Um dos erros mais graves que se pode cometer, tivemos nesse caso, que foi a falta de informação entre família/mediadora, foi a falta de diálogo de ambos. Como a teoria sugere “A inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista (TEA) demanda uma parceria entre os pais, a creche/escola e os profissionais que acompanham a criança, como psicóloga, fonoaudióloga, mediadora, entre outros.” (Vasconcellos 2017) que o mediador conheça o sujeito, que a família ajude esse profissional em todos os aspectos, afinal ninguém melhor que a família para dizer todas as informações necessárias sobre a criança, informações como comportamento social, habilidades cognitivas, a questão de necessidades fisiológicas enfim, relatar como a criança é de fato.

No dia 09 de março de 2015 foi iniciado o acompanhamento escolar de H, esse acompanhamento se dava de 07:00 horas às 11:00 horas da manhã de segunda a sexta feira até o mês de dezembro do corrente ano.

Como foi relatado acima, esse ano tivemos muitas complicações, os primeiros três meses foram bastante complexos, com muitos erros e muita imaturidade profissional, afinal eu estava ali, uma pessoa que não sabia nada sobre o transtorno e para agravar mais a situação não conhecia nada da criança que estava acompanhando.

Segundo PAPIM e SANCHES (2013):

Para que a mediação educativa aconteça é preciso que o educador conheça os aspectos do transtorno, assim como os métodos e programas desenvolvidos para auxiliá-lo na educação da criança autista. O professor deve conhecer as dinâmicas institucionais estabelecidas para que atue em consonâncias com elas (PAPIM; SANCHES, 2013).

A professora e a auxiliar da turma foram me guiando e dizendo como a criança se comportava em determinados momentos, porém muita informação ficou nas entrelinhas e só iam sendo descobertas quando a ação da menina estava sendo feita e logo em seguida vinha a reclamação “ela não poderia ter feito isso” “você tem que antecipar essa situação”, ora muitas situações eram desconhecidas tanto pelo motivo, tanto pela intenção da ação,

presenciei uma cena de H mordendo uma criança em um determinado momento na sala e somente naquela hora soube que ela mordida e batia nas crianças quando estava em seus momentos de estresse mas até acontecer a situação nada tinha sido falado sobre.

A maioria dos momentos de inquietação, H gritava, corria, jogava-se ao chão, puxava cabelo, batia nas professoras e em quem estivesse em sua frente, por diversos motivos seja para seguir a rotina da sala, para desenvolver algum comando ou por alguma causa fisiológica. Por exemplo, em relação a rotina da sala ela não queria sentar na roda da leitura (e a ordem era que ela deveria permanecer durante todo o tempo), nos momentos de atividades escritas (mesmo a criança não entendendo o que estava sendo feito), nas horas de ensaio para alguma apresentação escolar H não tinha paciência de esperar o ensaio, afinal teria que ser repetido duas ou três vezes a mesma dança (H não conseguia executar, como era ensaio de gestos e ela não sabia imitar, eu ficava atrás da criança e tentava fazer alguns movimentos nos braços da menina para ver se conseguia fazer com que ela fizesse algo na hora da apresentação e isso também levava a criança a se irritar.)

Nesse ano, o conteúdo escolar passado para a criança foi muito pouco, deveria ter sido realizada uma adaptação de atividades para que os exercícios chegassem a um nível que fosse de fácil compreensão para H, a menina se encontrava no infantil IV porém não tinha pré-requisitos cognitivos para isso, ela não conseguia dominar ou aprender o conteúdo, como a aluna não falava e não apresentava coordenação motora para escrever, tínhamos que fazer atividades com materiais que fossem de concreto, pintura, solicitação, algo que pudessemos entender que ela de fato sabia responder o que estávamos perguntando/solicitando, porém na grande maioria (para não dizer que foi em sua totalidade) isso não foi realizado, as atividades eram as mesmas de toda a sala, dessa forma, não se facilitava em nada o seu aprendizado, evidenciando-se a falta de adaptação por parte do profissional responsável, segundo VALLE e MAIA (2010):

A adaptação curricular se define como: O conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologias para atender as dificuldades individuais dos alunos. (VALLE. MAIA. 2010)

Outro fator peculiar era o seu comportamento quando ia realizar uma atividade a criança na maioria das vezes começava uma crise de estresse, uma fuga para não fazer o que se estava pedindo, como costumamos dizer, era fuga de demanda, manifestada de diversas formas, jogando-se no chão, gritando, mordendo, puxando cabelo, H tentava de todas as formas não realizar o que se estava sendo cobrado.

A menina também tinha problemas de saúde, como sinusite e problemas intestinais e isso também afetava no seu desenvolvimento escolar, afinal com dor não se consegue produzir, assimilar praticamente nada e como ela não conseguia se comunicar adequadamente, não conseguia expressar oralmente o que estava sentindo, se estava com alguma dor, com algum incômodo, o que a estava deixando irritada daquela maneira, sua forma de expressão era como falamos mais acima, jogando-se ao chão, gritando entre outras coisas.

A escola no presente ano não fazia muito o papel de inclusiva, ali era uma instituição que apenas se realizava a matrícula da criança e a recebia em seu espaço físico, mas acompanhamento pedagógico e social não existia de fato, muito pelo contrário, era nítido como H tinha que ser retirada da sala se estivesse estressada ou se não quisesse fazer algo, os desejos da criança deveriam ser feitos mesmo que a prejudicasse de alguma forma, mas se fosse para ela ficar quieta, sem dar trabalho, ou sem chamar atenção, a instituição queria que fosse feito, e feito o mais rápido possível. Falar que uma escola é inclusiva vai além de matricular uma criança com necessidades especiais, temos que pensar em um ambiente propício para essa inclusão de acordo com Cunha (2012) “Não se pode pensar em inclusão escolar sem entender este ambiente inclusivo somente em razão de recursos pedagógicos, mas também pelas qualidades humanas.”

Era uma das principais recomendações que eu recebia ficar o tempo inteiro em cima da menina para que ela não fizesse nada de ruim nas outras crianças, por vezes até afastada da brincadeira a criança foi. Tivemos situações que até professoras da escola se escondiam literalmente da criança para não ter que falar ou ajudar em alguma determinada situação, ocorreu um episódio onde uma professora foi para trás de uma criança para que H não fosse abraçada-la.

Outro ponto no qual não tínhamos inclusão era em relação as atividades extraclasses, como por exemplo a recreação, ensaios de apresentação de algum evento na escola. Na recreação a criança era tratada como os outros, não se tinha uma adaptação mínima para que a menina respondesse a atividade proposta de maneira satisfatória, também não se tinha o cuidado em colocar ela como uma das primeiras, para que a mesma não ficasse irritada com o tempo ocioso (já que sua tolerância a esperar era muito limitada). Em relação as apresentações, tivemos inúmeros problemas, afinal a maioria das apresentações nesse ano não foram pensadas para H, a menina não imitava coreografia, não seguia uma instrução e não tinha paciência para algo muito demorado, sempre quem tinha que pensar em algo, adaptar a apresentação para a criança fazer era eu, sozinha sem nenhum auxílio de alguém da escola e em seguida teria que perguntar a escola se eles aceitavam a proposta, a instituição não

pensava na criança, não procurava incluir de fato como deveria ser feito, esse trabalho tinha que ser sempre meu.

Em relação a parte social, de convívio e interação com os alunos da escola e até mesmo da classe, H só conseguia manter essa relação com as crianças com meu intermédio, era eu quem fazia a ponte, era o canal entre eles, onde nos momentos de brincadeira sempre chegava perto de alguma criança e chamava para brincar junto, inventava histórias de brincadeiras para que as crianças ficassem perto de H, brincava junto com as meninas da turma, também passei a ter um vínculo afetivo com as meninas e meninos da sala, afinal, precisava ter a confiança daquelas crianças. Essa é uma das principais funções do mediador (também) ser amigo (a) das crianças da turma, das crianças da escola no geral, afinal o mediador é a voz da criança é ele quem vai mediar as situações vivenciadas pela criança que você acompanha, como sugere Vasconcellos (2017) “O mediador deve atuar incentivando a comunicação e interação social da criança, de forma em que ele passe a ter iniciativa nas interações e consiga manter um diálogo com os colegas”, nesse caso foi isso que ocorreu, minha relação com os alunos só crescia a cada dia .

A minha intervenção e da família, nesse ano foram de fundamental importância, a insistência, os questionamentos, as indagações e o não calar diante de alguma situação, o querer sempre algo a mais para aquela criança tinha que ser feito, pois tínhamos que ter uma atitude em relação a tudo isso que estava acontecendo, teria que ser feita alguma coisa para mudar a situação daquela criança nessa escola, do jeito que estava não se tinha mais condição de continuar, a escola não estava fazendo nem o básico, que era prestar um atendimento de qualidade para se trabalhar com essa menina. Nesse caso, eu além de atuar como mediadora, também exercia o papel de professora/coordenadora, assumindo sozinha a responsabilidade sobre H, o que me fez repensar e propor uma mudança urgente.

Foram feitas diversas reuniões com a coordenação da escola, explicava-se o caso inúmeras vezes, pedia-se uma solução para aquela questão, a família se dispôs em colocar na parte pedagógica uma psicopedagoga sendo ela contratada pela família para dar um suporte a escola e me ajudar também, e juntas traçamos um plano pedagógico para aquela criança, nesse sentido a escola não teve nenhuma interferência, muito pelo contrário gostou da ideia e assim foi realizado, a profissional veio até a escola, avaliou a criança e definiu as atividades que a menina deveria fazer, os conteúdos que deveriam ser ensinados para aquela criança.

Contudo, mesmo com todo o conteúdo já pronto, a professora e a escola tinha que aplicar as atividades adaptadas, mesmo assim, nem isto foi realizado, eu tinha que programar a atividade, executar e fazer a avaliação da criança sozinha, grande parte das vezes, digamos

que em cada dez atividades nove eram realizadas por mim, sem auxílio de ninguém e a atividade restante a professora dava um auxílio, mas sempre com receio de H ter uma atitude inesperada e machucá-la de alguma forma; pelo fato de que a lei assegura as pessoas com necessidades especiais a serem inclusas, muitas escolas se autodenominam inclusivas, porém não dispõem desse processo de inclusão fazendo com que a criança tenha que se adequar a escola, dessa forma não atendendo as necessidades educativas especiais de acordo com cada caso (Mittler, 2000).

Assim terminamos o ano de 2015 com muito mais exclusão do que inclusão, com situações complicadas de difícil compreensão, sem a escola cumprir seu papel de fato.

4.2 O Começo da Mudança

O ano letivo começou em Janeiro de 2016, H havia passado de série (por conta da faixa etária) estava agora no Infantil V, nesse ano ela também mudou de turma e foi para uma classe onde não tinha intimidade com as crianças, mas, para nossa surpresa essa turma abraçou a criança de uma maneira inexplicável, mesmo com todo quadro de agressão que a menina apresentava as crianças chegavam perto, brincavam, davam carinho e atenção porém, muita coisa estava por vir nesse ano, passamos por mais momentos difíceis, contudo esse foi o ano do grande divisor de águas na vida de H em minha vida e na da professora.

As crises de estresses da menina estavam ficando cada vez mais fortes, ela estava ficando cada dia com mais força em relação as outras crianças e até mesmo em comparação a outros adultos, como no ano anterior os primeiros meses foram complicados, agora, não mais por falta de conhecimento da minha parte, mas por complicações cada vez mais agravantes no caso da menina, o comportamento estava ficando muito comprometido, as crises de sinusite e intestinais tornaram-se mais frequentes e o rendimento escolar não apresentava avanços.

A nova professora fez algo diferenciado, ela produziu um currículo específico para H, com conteúdos propostos para o nível da menina, conteúdo que ela pudesse aprender de fato, afinal a criança estava estudando em uma sala onde a turma estava no processo de alfabetização, sendo que ela não tinha nem a aquisição das vogais.

A partir desse currículo específico fomos produzindo atividades lúdicas, com muito material concreto, atividades diretas e práticas tudo isso com o intuito ensinar a H conteúdos pedagógicos. Nesse momento houve uma parceria entre mim e a professora, os planejamentos eram combinados, as atividades pensadas e executadas juntas, a interação com

a turma foi ocorrendo também através do trabalho de inclusão da professora, da voz da professora na sala e não somente através da minha fala.

As atividades extraclases que no outro ano não eram adaptadas para H, agora respeitava o ritmo de aprendizagem de H e a professora das coreografias começou a parceira comigo e o trabalho ficou mais fácil.

Em relação a socialização e inclusão da menina com as crianças da sala tivemos grande salto, grandes avanços, os alunos nesse momento já chamavam H para brincar, abraçavam e beijavam, davam carinho, atenção, compreendiam (mesmo tendo pouca idade, entre 5 e 6 anos) os momentos de estresse da menina, até mesmo quando ela chegava até uma atitude mais impulsiva as crianças da turma tinham o discurso “ Ela não fez por querer, H não tá bem, desculpa ela”, esse discurso vinha sendo trabalhado com eles diariamente, porém chegou um ponto que não precisávamos mais falar, as próprias crianças entendiam e perdoavam a menina e no mesmo momento já voltava para brincar, como se nada tivesse acontecido.

Com o passar dos tempos uma grande amizade foi crescendo entre H e uma menina da sala que iremos chamar de JC, JC ajudava H em todos os momentos, em atividades ela sempre estava por perto nem que fosse para pegar um lápis que caiu no chão, na hora do lanche JC estava ao lado para ajudar ou só mesmo ficar ao lado sem falar nada, nos momentos de brincadeira JC inseria H em tudo, puxava para brincadeira, defendia e cultivava a presença da menina.

Essa amizade foi incentivada e cultivada por mim, pois foi a partir da minha aproximação com JC que essa amizade foi sendo estimulada, chegou a um ponto que eu não precisava mais interferir no vínculo das duas, elas mesmos interagem, JC ajudava/ajuda H em tudo, o amor entre as duas é nítido, JC expressava/expresa em palavras e atitudes, H só expressava/expresa em atitudes e isso era/é mais do que o suficiente para JC, que compreendia a amiga em todas as suas especificidades.

Amor talvez seja isso... Descobrir o que o outro fala mesmo quando ele não diz [...] Eu gostaria de lhe agradecer pelas inúmeras vezes que você me enxergou melhor do que eu sou. Pela sua capacidade de me olhar devagar, já que nessa vida muita gente me olhou depressa demais (MELO, 2007).

Mesmo diante de tudo isso, do fato da criança está começando a ser inserida de fato na instituição, do trabalho está sendo voltado para a criança, seu currículo, suas atividades sendo pensadas e executadas moldadas às necessidades da menina, mesmo assim seu aprendizado não melhorava, não se tinha uma consistência, em uma semana tínhamos ganhos incríveis, vinha o final de semana e na outra semana, parecia que nada tinha sido feito, tudo que ela

aprendia se perdia num ‘passe de mágica’, isso estava angustiando cada dia mais a mim e aos profissionais que atendiam a menina e ao mesmo tempo não entendíamos o por que disso está acontecendo.

4.3 Divisor de águas

Em função das dificuldades de aprendizagem e do comportamento que estava ficando cada dia mais complicado e difícil de manusear, os pais resolveram procurar uma maneira de entender todos esses fatos, foi então que em agosto de 2016 os pais contrataram uma equipe de analista comportamental, a empresa NIC (Núcleo de Intervenção Comportamental) essa empresa é especializada no trabalho com autista, eles trabalham a partir do método Análise do comportamento aplicado (ABA), onde avaliam a criança em seu comportamento e em alguns testes podem avaliar suas habilidades cognitivas, porém essa empresa não é especializada na parte cognitiva com trabalhos voltados para essa área, seu foco é mais o comportamento e ensinar atividades de vida diária para essas criança, atividades que irão promover uma melhor qualidade de vida para esse público, a partir dessa avaliação eles elaboram o programa para a criança e traçam metas sobre suas dificuldades.

Nessa avaliação foi encontrado um grande déficit intelectual na criança, o seu desenvolvimento cognitivo apresenta uma grande diferença em relação ao esperado para sua idade cronológica, isso explica todo seu não avanço nas atividades pedagógicas e isso também explica alguns comportamentos que a menina apresentava, foi analisado seu comportamento problemático e com isso construído seu programa.

O programa tinha como principal objetivo trabalhar os comportamentos problemas da menina (os que já falamos acima, de estresses, morder, puxar cabelos, entre outros) uma série de atividades que iríamos realizar para adequar esses comportamentos, essa equipe também capacitou os profissionais que já trabalhavam com H, a capacitação foi no sentido de ensinar as formas de conduzir determinada situação, mostrar a postura que devemos ter com a criança e como deveríamos aplicar os programas.

Em relação a parte pedagógica, o núcleo junto com o aval da família e escola, resolveu por um tempo, parar com as atividades pedagógicas da criança, pois entendeu-se que não fazia sentido ensinar coisas que ela nesse momento, por conta do seu comportamento e cognitivo peculiar, não iria ter condições de aprender, resolvemos então ensinar pré-requisitos para que depois de aprendidos pela criança, pudéssemos começar algo pedagógico, então para fazer a terapia na escola, H teria que deixar a sala de aula regular e ir para uma sala a parte onde é realizado esses estímulos.

Esse trabalho foi realizado no ano de 2016 na escola, continuou no ano de 2017 e no presente ano 2018 ainda estamos no mesmo formato, a escola por sua vez, abraçou a causa, contribuiu em todos os aspectos para proporcionar um ambiente individualizado para ser trabalhado com a criança e contratou uma pessoa para me auxiliar, afinal a criança ainda apresenta muitos comportamentos inadequados e uma pessoa sozinha não consegue resolver a situação.

Decorrente desses anos de trabalho identificou muitos avanços no desenvolvimento de H, porém como tudo nela não é uma constância, temos momentos de um salto de desenvolvimento muito bom, mas basta uma quebra de rotina para desorganizar seu comportamento e então, temos que ir fazendo tudo aos poucos novamente.

A criança está inserida na escola hoje para se trabalhar sua socialização com todas as crianças da escola, e o meu trabalho nesse caso é mais voltado para essa questão, a inclusão cada vez mais precisa de H no ambiente escolar, o momento em que todos convivem juntos é o do recreio e com toda certeza tivemos ganhos incríveis, antes a menina não tinha paciência de brincar, não tolerava muito bem o barulho, tinha muitos comportamentos disruptivos no horário do recreio, não era um momento que pudéssemos aproveitar na escola, mas depois de todo o trabalho correto hoje em dia o recreio é uma das horas mais divertidas, H brinca só, brinca com as crianças, brinca comigo, mostra que está gostando e se divertindo, chegamos a um ponto que H chama as meninas para brincar de roda, de correr e as crianças respondem positivamente a esse chamado.

4.4 O caso no ano de 2018

Hoje, no ano de 2018, podemos dizer que a criança está inserida e incluída na escola (mesmo que esteja em outra sala de aula) as apresentações são adaptadas para ela, inclusive a hora, a turma de H sempre é a primeira a se apresentar, tudo isso para que não se tenha muito tempo de espera para não causar desgaste nela, as pessoas respeitam e ajudam quando necessário, a coordenação da escola está mais presente, enfim, temos construído um trabalho de inclusão.

Portanto, venho afirmar mais uma vez a importância do mediador, e a ajuda da família, pois nesse caso, fomos nós, eu junto com os pais que não desistimos em nenhum momento de inserir essa criança de fato, eu quem estava a todo o momento com a menina e realizei na maioria das vezes o papel que não era exclusivamente da minha responsabilidade, quebrando regras pré-estabelecidas por acreditar que um dia isso seria feito espontaneamente, a

esperança nunca me faltou, a luta é diária, dias que eu pensei em desistir, mas ela como se percebesse reagia de forma inesperada me dando a certeza que eu estava no caminho certo e além do carinho, o amor, H me conquistou de uma forma incrível, pois foi a partir da convivência, foi diante de tudo que se era vivido entre nós duas, os ensinamentos de vida que ela me passa mesmo sem falar, só com o olhar e muitas vezes com o abraço acolhedor que ela me fortalece para que eu não desista em nenhum momento;

É comum vermos professores preocupados com a cientificidade de sua disciplina, mas esquecendo-se da humanidade do seu ofício[...] Com efeito, não podemos educar sem atentarmos para o aluno na sua individualidade, no seu papel social, na conquista de sua autonomia (CUNHA, 2012, p.102).

Com H eu cresço todos os dias, passei a enxergar o mundo de outra maneira, de uma forma mais simples, dando valor a coisas que antes passavam despercebido, coisas que para mim era algo comum, mas para a ela é extraordinário, essa relação é enriquecedora, uma troca de ensinamentos que particularmente me dá à certeza que eu aprendi mais do que ensinei, isso me motiva de tal maneira que vou realizando o trabalho com prazer, hoje, após três anos, podemos dizer que a luta valeu a pena, todo o esforço foi válido, porém continuaremos com a mesma intensidade e com o mesmo entusiasmo, sempre lutando por uma educação justa de qualidade e o principal, uma boa educação inclusiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho possibilitou a oportunidade de estudar e expor diversas informações que são relevantes para o contexto educacional e social relacionado ao processo de inclusão escolar do aluno autista. Abordando assuntos que possibilita a reflexão sobre a importância da inclusão. Espera-se que esse relato venha a contribuir trazendo informações e discursões na construção de novas estratégias que possam enriquecer a educação inclusiva para o desenvolvimento da criança com TEA.

Algumas pessoas infelizmente ainda tem o preconceito enraizado quando falamos sobre autismo, por seus comportamentos diferenciados, seus pulinhos ou gritos “fora de hora”, sua forma de vê e sentir o mundo totalmente diferente do convencional. Lidar com uma criança autista não é um trabalho fácil, ainda mais pelo fato de que nenhum autista é igual ao outro, não temos um padrão de “como se trabalhar com autistas” nós temos que conhecer nosso aluno, conhecer suas especificidades e trabalhar de acordo com cada uma delas, ou seja, realizamos um trabalho individualizado para melhorar os avanços do nosso aluno.

A escola tem o papel de fundamental importância nesse processo, pois será o professor junto com o mediador escolar que darão todo o suporte necessário para que o seu aluno supere suas dificuldades, sabemos também que em alguns casos esse avanço é mais complexo, porém quando falamos de conquistas por mais simples ou pequenas (para algumas pessoas) que seja já é algo de grande valia.

O mediador e o professor precisam estar em uma sintonia e em uma relação estreita quando o assunto é educação inclusiva, esse trabalho de parceria só irá trazer benefício para ambas as partes e com certeza o autista terá avanços significativos, afinal as pessoas estão trabalhando em prol dele, do bem estar e do seu desenvolvimento cognitivo e social. Estão trabalhando a parte pedagógica como, por exemplo, ajudar a ele pegar no lápis e realizar uma atividade proposta, ou trabalhar a parte social, mediar uma participação de uma brincadeira com os amigos da sala.

Por fim, gostaríamos que esse trabalho, esse relato de experiência fosse um instrumento para mostrar a sociedade, pais, professores, mediadores que sim, trabalhar com educação inclusiva é ainda um desafio, é difícil, muitas vezes desgastante e doloroso quando abraçamos a causa e vemos de perto o preconceito de algumas pessoas, porém é possível diante de tudo isso trabalhar para que aquela criança tenha conquistas e melhoras consideráveis, basta o profissional querer e ir em busca de aportes teóricos de estratégias de melhor ensino, quando trabalhamos com a educação inclusiva, bem feita, bem amarrada, bem realizada ela trará bons resultados.

Nossas crianças autistas merecem profissionais competentes e dispostos a darem o seu melhor para o seu desenvolvimento e inclusão escolar, e posteriormente para sua inclusão na sociedade em geral. Afinal, as crianças são nosso futuro e se temos crianças sem preconceito, teremos adultos menos discriminadores e assim uma sociedade mais tolerante.

THE IMPORTANCE OF THE SCHOOL MEDIATOR IN THE PROCESS OF INCLUSION OF THE AUTISTIC CHILD IN SCHOOL REGULAR: EXPIRED RELEASE

Maria Rita da Silva Ribeiro Neta *

ABSTRACT

Initially Autistic Spectrum Disorder appeared in the year 1943, childhood autism (AI) as it was known at the time was identified by Kanner, who reported on the so-called Innate Autistic

Disorders of affective contact. It is currently a topic widely discussed all over the world, with an increasing number of diagnosed cases, it was necessary to include these children in regular schools that integrate this public, contributing in part to their development; with this, the role of the mediator emerges, a professional who acts as a facilitator of learning from the reality of the school. This study aims to report the experience of the process of inclusion of a girl diagnosed with autism in a private primary school in a city in the interior of Paraíba. The publication of articles on this theme is necessary to better serve this segment in the educational field; This work allowed the opportunity to study and present information relevant to the educational and social context related to the process of school inclusion, as well as to emphasize the importance of the mediator in the school experience for the evolutionary gains of students with autism. It is hoped that the present report will contribute by bringing information and discussions in the construction of new intervention strategies in inclusive education for the development of the child with ASD.

KEYWORDS: Autism. Inclusive education. School mediation.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Referência rápida aos critérios diagnósticos do DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 444p.

BRASIL, Lei nº de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial, nº248, de 23/12/1996.

BRASIL. **LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012**. Lei que instituiu a Política Nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2012.

BOSA, C. A. Atenção compartilhada e identificação precoce do autismo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v.15, n.1, p.77-88, 2002.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicol Soc.** , Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 65-74, abril de 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.**

CENTRO COLABORADOR DA OMS PARA A CLASSIFICAÇÃO DE SINDROMES EM PORTUGUÊS. **Classificação Estatística Internacional de Síndromes e Problemas Relacionados à Saúde- CID10.** Decima revisão 2008.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão:** psicopedagogia pratica educativas na escola e na família. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2012.

ENUMO, S. R. F. Avaliação assistida para crianças com necessidades educacionais especiais: um recurso auxiliar na inclusão escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 11, n. 3, p. 335-354, set./dez. 2005.

HUGHES, Virginia. Epidemiology: Complex disorder. *Nature*, (491): S2-S3, 2012.

IBGE. IBGE cidades, Campina Grande-PB. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>. Acessado em 20 de novembro de 2018.

ISABELA MEIRELLES MARTINS VASCONCELLOS, 2018, Niterói. **O PAPEL DO MEDIADOR ESCOLAR NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Niterói: Editora Realize, 2018. 12 p.

KUPFER, Maria Cristina Machado. *Educação para o futuro: psicanálise e educação*. 2. ed. São Paulo: Escuta, 2001.

LANE, A. E.; DENNIS, S. J.; GERAGHTY, M. E. BRIEF REPORT: Further evidence of sensory subtypes in autism,. *Jornal of Autism and Developmental Disorders*, v. 41, n.6, p.826-31. 2011. doi: 10.1007/s 10803/010/1103/y.

MELO Padre Fábio de **Amigos- Somos muitos, mesmo sendo dois**. Londrina: Gente, 2007.

MITTLER, P. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MORRE, Susan Thompson. **Síndrome de Asperger e a escola fundamental: soluções práticas para dificuldades acadêmicas e sociais**. Tradução de Inês de Souza Dias. São Paulo: Associação Mais1, 2005 (p.50).

MOUSINHO, Renata *et al.* Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexão. **Revista Psicopedagogia**, Rio de Janeiro, v. 82, n. 27, p.92-108, 13 abr. 2010. Mensal.

NEVES, Martha Couto. ESCOLA INCLUSIVA: entre o ideal (necessário) e o real (possível). **Revista Encontros**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 20, p.30-48, jun. 2013.

Rapin I, Dunn M. Update on language disorders of individuals on the autistic spectrum. *Brain Dev.* 2003;25(3):166-72.

PAPIM, Angelo Antonio Puzipe; SANCHES, Kelly Gil. **Autismo e Inclusão: Levantamento das dificuldades encontradas pelo professor do atendimento educacional especializado**

em sua prática com crianças com autismo. 2013. 85 f. Monografia (Especialização) - Curso de Psicologia, Centro Universitário Católico Selesiano Auxilium, Lins, 2013.

SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira. Inclusão em Educação: Um visão geral. In: SANTOS, Monica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em Educação: Cultura, Políticas e Práticas.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. Cap. 1. p. 11-15.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Autismo Infantil.** Brasília: Corde, 1994.

SERRA, Deyse. Inclusão e ambiente escolar. In: SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em Educação: Cultura, Políticas e Práticas.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. Cap. 3.

SILVA, M. Sala de aula interativa. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

SINGER, Emily. **Diagnosis: Redefining autism.** Nature (491): S12–S13, 2012.

VALLE, T. G. M.; A. C. B. **Aprendizagem e comportamento humano.** São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.